

SEM GÁS, SEM CHANCES

TERMELETRICAS A GÁS NATURAL VOLTAM A PARTICIPAR DE LEILÕES, MAS GRANDE COMPETIÇÃO TIRA DA DISPUTA INVESTIDORES QUE NÃO CONTAM COM FORNECIMENTO PRÓPRIO

Por Luciano Costa e Natália Bezutti

No Plano Decenal de Energia do ano passado, o governo decidiu retirar do planejamento todas as usinas termelétricas, apontando para uma expansão da geração sem o uso de combustíveis fósseis e emissões de gases do efeito estufa. A aposta era nas grandes hidrelétricas e nas fontes alternativas. Um ano depois, o PDE foi republicado mantendo o mesmo objetivo. A realidade, porém, destoa dos documentos oficiais. Os licenciamentos ambientais dos projetos hídricos não caminharam e fizeram com que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão de planejamento do Ministério de Minas e Energia, abrisse o leilão de energia A-3 deste ano para as usinas a gás natural.

A *Revista GTD Energia Elétrica* havia ouvido, ainda no ano passado, especialistas que apontaram para a dificuldade de se cumprir a meta de não contratar mais as térmicas. A volta da fonte às licitações de energia nova, porém, não agradou o setor devido às regras impostas. As usinas foram colocadas para concorrer no mesmo certame com eólicas, plantas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Mesmo a estatal Petrobras fez críticas à ideia, ao alegar que não é possível colocar juntas formas tão diferentes de geração. A diretora de Gás e Energia da empresa, Maria das Graças Foster, questionou tanto a dificuldade em se comparar tarifas entre as fontes quanto a falta de previsibilidade e de planejamento que uma disputa como essa causaria.

Ainda assim, os empreendedores, que desde 2008 estavam fora das licitações, apareceram com sede e conseguiram a habilitação técnica de 4.338MW divididos em dez projetos. No dia 17 de agosto, enfim, aconteceu o leilão, que terminou com a concretização do retorno do gás natural às perspectivas

do setor elétrico. Duas usinas de grande porte foram contratadas, totalizando 1.029MW de capacidade. As plantas venderam sua produção futura a um preço médio de R\$103,26 por MWh, acima do praticado pelas eólicas, que ficaram na casa dos dois dígitos e dominaram os resultados em número de projetos viabilizados e potência.

O que chamou a atenção entre as térmicas foi justamente a quem pertenciam as plantas que conseguiram baixar tanto os preços diante dos R\$139 por MWh colocados como teto. A maior das usinas, com 530MW, é a UTE Baixada Fluminense, da Petrobras, que será instalada no Rio de Janeiro. A outra é a UTE Parnaíba III, da MPX Energia, prevista para o Maranhão. Tanto a estatal quanto a MPX, que pertence à holding EBX, do empresário Eike Batista, possuem fornecimento próprio de gás. A Petrobras, evidentemente, por sua atividade no setor de petróleo e gás, e a MPX devido à participação em blocos que a OGX, sua coligada, tem explorado na bacia do Parnaíba.

"O cenário que vejo, que veio como aprendizado do leilão, e com o cenário de longo prazo, com todas as descobertas da Petrobras, é que existe uma sobra de gás. Mas, num leilão em que você coloca para concorrer com outras fontes, mostrou-se que só quem tem insumo próprio conseguiu fazer frente. Quem estava comprando o insumo não conseguiu ter competitividade suficiente", analisa o diretor-executivo da consultoria Excelência Energética, Erik Rego. Ainda assim, o especialista acredita que essas usinas "terão uma participação constante" nos próximos certames para atender o crescimento da demanda.

O presidente da consultoria Andrade&Canellas, João Carlos Mello, também acredita que "ao contrário do que está no planejamento oficial, haverá uma inserção bem grande do insumo"



José Gabrielli, presidente da Petrobras: com gás próprio, estatal vence, mas é alvo de ataques após o certame

na matriz. “Tem também uma lógica física. O sistema está ficando pouco firme, do ponto de vista da energia, porque os reservatórios estão diminuindo, as eólicas dependem do vento, a biomassa da safra. E a térmica a gás é a menos poluente”, explica Mello. O executivo, porém, não aposta tanto que vá prevalecer a força dos autoprodutores de gás.

“Acho que esse foi um fator pontual desse leilão. Houve muitas reclamações contra os contratos (de fornecimento), então vai haver uma tendência de nivelar os acordos de forma razoável. Evidentemente que quem tem a produção tem a vantagem, mas as outras usinas poderão competir, desde que os contratos sejam ajustados de forma adequada pelo fornecedor principal”, prevê o consultor.

TODOS CONTRA A PETROBRAS

Os problemas nos termos dos contratos citados por Mello, aliás, deram a tônica do leilão para os agentes térmicos. Poucos dias antes da disputa, quando o Diário Oficial da União divulgou as características das usinas habilitadas tecnicamente para o certame, o mercado ficou em polvo-

rosa. Isso porque as plantas que comprariam combustível da Petrobras haviam sido obrigadas a assumir um índice de inflexibilidade entre 30% e 70%, enquanto a planta da própria estatal tinha inflexibilidade zero. Os concorrentes alegavam que a cláusula tornava o projeto da Petrobras mais competitivo, uma vez que não haveria obrigação de gerar e, consequentemente, não havia um custo fixo a ser suportado.

Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, que se propõe a ser um “observatório do setor elétrico”, não poupou críticas à conduta da estatal. Para o especialista, a atitude da empresa foi “lamentável” e se tornou “o destaque negativo do leilão”, “afetando o princípio básico da concorrência”.

A Associação Brasileira de Geração Flexível (Abragef) chegou a enviar um ofício ao Ministério de Minas e Energia pedindo uma medida oficial para proteger a isonomia do certame. O ministro Edison Lobão, porém, afirmou que, “em princípio”, não via problemas, e o leilão aconteceu.

Na coletiva de imprensa logo após a licitação, o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Julião Coelho, também defendeu que não houve irregularidades.



Obras em andamento em termelétrica da MPX; empresa, que também tem gás próprio, competiu de perto com eólicas

"Nosso edital tem uma cláusula que, caso a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) veja prejuízo à competição, ela pode cancelar o leilão. E não houve qualquer problema. Houve deslizes grandes, a participação de quatro fontes. Se existe hoje um problema de gás natural, talvez isso tenha que ser analisado em outro órgão, como a SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico). Do ponto de vista do setor elétrico, não", argumentou.

O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, fez coro: "Isso é uma questão que extrapola um pouco o leilão. A negociação do produtor com o vendedor de gás é livre, é outra questão. Em termos do leilão, não posso regular, são empresas cotadas em bolsas, que têm seus acionistas, não podemos intervir", analisou. Tolmasquim também opinou que "entidades de concorrência têm que analisar isso". Por fim, Tolmasquim garantiu que outras termelétricas, que não a da Petrobras e as da MPX, "participaram até bem perto do fim", saindo fora da disputa apenas nos últimos momentos.

O presidente da Abragef, Luiz Alberto Amoroso, prefere não se manifestar mais sobre os conflitos com a Petrobras e diz que a entidade "já emitiu diversas vezes sua opinião oficial" sobre os desentendimentos pré-licitação. Ainda assim, arrisca-se a prever que "só quem tem o próprio suprimento de gás vai conseguir competir nesse nível de preços. Só empresas verticalizadas".

Passado o leilão A-3, com suas surpresas e polêmicas, o setor começa a se preparar para o certame A-5, marcado para 20 de dezembro, para contratar usinas com início de

operação em 2016. O certame vai, pela primeira vez, colocar todas as fontes para concorrer entre si: eólicas, gás, biomassa e hídricas. Para Rego, da Excelência Energética, a disputa com o vento deve novamente derrubar o preço das térmicas. Pelas contas de Amoroso, da Abragef, a tarifa média que pode ser praticada por usinas que não contam com suprimento próprio de combustível é de R\$130 por MWh, bastante acima dos valores registrados por eólicas e usinas de investidores que possuem o insumo.

CORRENDO ATRÁS

Buscando alternativas para voltar a participar dos leilões de energia, os agentes que investem em plantas a óleo e gás estão se organizando para reafirmar a importância das fontes na complementação da matriz brasileira. E contam, inclusive, com o apoio do próprio Operador Nacional do Sistema (ONS), que parece ter se juntado ao coro, uma vez que o diretor-geral do órgão, Hermes Chipp, tem declarado abertamente a importância das termelétricas na operação do sistema, principalmente na ponta do consumo.

Chipp diz que vê positivamente a volta das termelétricas a gás nos leilões de energia, e que veria da mesma forma o uso do carvão para a região Sul do País. "O grande problema hoje é querer atender a região Sul através de linha de transmissão, colocando novamente o sistema em torno de uma geração. Os novos projetos (hídrelétricos) são fundamentais pelo baixo custo da energia. No entanto, eles têm grande geração no período chuvoso e baixa no período seco, o que exige uma

complementação térmica maior”, analisa.

Para o presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM), Fernando Luiz Zancan, ao afastar o carvão, o governo considera apenas três das quatro dimensões que devem ser avaliadas para desenvolvimento da matriz. Essas dimensões apontadas por ele seriam modicidade tarifária, segurança energética, meio ambiente, e impacto socioeconômico – justamente o que não estaria sendo observado. “Estão deixando de considerar que uma usina a carvão gera dez vezes mais empregos do que um parque eólico”, argumenta.

Na questão de competitividade, Zancan estima que o carvão alcançaria uma faixa de preço próxima a R\$140 por MWh, o que poderia ser otimizado com a redução nos impostos da importação e melhorias no financiamento para o setor – o que levaria ainda a uma queda de preço em cerca de R\$15 por MWh. “O combustível está estigmatizado perante todos os segmentos, parece que estamos tratando com um ser contagioso, e isso não é verdade”, lamenta o executivo da ABCM.

Dados da Agência Internacional de Energia (IEA) publicados em agosto deste ano mostram o considerável aumento do consumo global do carvão, com crescimento de 10,8% em 2010, sendo que cerca de 80% do consumo incremental é oriundo de países pobres. Ainda, de acordo com o estudo, 216 mil MW de térmicas a carvão estão sendo construídos atualmente no mundo.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Geração Flexível (Abragef), Marco Antônio Veloso, utiliza o termo “contraditório” para falar sobre o Plano Decenal de Energia, que traça os rumos da matriz até 2020. Ele critica o fato de que, ao mesmo tempo em que aborda a falta de reservatórios das mais novas hidrelétricas, o documento exclui as termelétricas.

Veloso argumenta que uma usina a óleo produz, em ciclo aberto, entre 700 e 800kg de CO₂ por MWh e que, nas mesmas condições, uma usina a gás natural produziria cerca de 600kg. O executivo afirma que a ideia do governo

de não mais licitar termelétricas “não parece uma posição assumida para valer”. E lembra da volta – com sucesso – do gás aos leilões. “Se fosse uma posição assumida, não teriam habilitado térmicas para o A-3”.

Para também voltar a participar das licitações, as associações estão trabalhando e aprimorando seus estudos e tecnologias. Com a meta de ir ao leilão A-5, que deverá acontecer em dezembro deste ano, a ABCM diz que o setor conta com 2,4 mil MW em projetos licenciados ambientalmente. E, para fortalecer seu dever de casa, tem trabalhado com a tecnologia de carvão limpo e treinado pesquisadores nos Estados Unidos, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

“Estamos discutindo colocar 2,4 mil MW para 2016 e não estamos conseguindo. Vamos salvar o planeta com esses 2,4 mil MW? É surreal, porque não há uma discussão pragmática em cima disso”, diz o presidente da ABCM.

A Abragef também está batalhando para colocar o óleo de volta à ativa nos leilões de energia. A entidade tem produzido estudos e levantando questões, como a pouca diferença de emissões dessas usinas para as plantas a gás. Veloso, porém, admite com pesar que “os ouvidos (do governo) estão bobos, pelo menos para esse assunto”.

Zancan ainda faz um alerta. “A eólica e a biomassa são complementares. O que nós vamos precisar é que se aperte um botão e tenha a energia firme. E isso passa pelas térmicas, não podemos fechar os olhos para isso”.

As duas associações ainda contam com apoio político. A Frente Parlamentar do Carvão foi criada em Brasília para defender os investimentos em usinas de geração de energia com o insumo. A causa tem a simpatia também do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que é do Partido dos Trabalhadores (PT), o mesmo da presidente Dilma Roussef. O primeiro round, parece perdido, uma vez que as regras para o leilão A-5, divulgadas no final de agosto, não permitem a participação de empreendimentos a carvão e óleo.

Termelétrica a gás natural voltam a participar de leilões, mas grande competição tira da disputa investidores que não contam com fornecimento próprio

Por Luciano Costa e Natália Bezutti

No Plano Decenal de Energia do ano passado, o governo decidiu retirar do planejamento todas as usinas termelétricas, apontando para uma expansão da geração sem o uso de combustíveis fósseis e emissões de gases do efeito estufa. A aposta era nas grandes hidrelétricas e nas fontes alternativas. Um ano depois, o PDE foi republicado mantendo o mesmo objetivo. A realidade, porém, destoa dos documentos oficiais. Os licenciamentos ambientais dos projetos hidrôicos não caminharam e fizeram com que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão de planejamento do Ministério de Minas e Energia, abrisse o leilão de energia A-3 deste ano para as usinas a gás natural.

A Revista GTD Energia Elétrica havia ouvido, ainda no ano passado, especialistas que apontaram para a dificuldade de se cumprir a meta de não contratar mais as

térmicas. A volta da fonte às licitações do energia nova, porém, não agradou o setor devido às regras impostas. As usinas foram colocadas para concorrer no mesmo certame com eólicas, plantas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Mesmo a estatal Petrobras fez críticas à ideia, ao alegar que não é possível colocar juntas formas tão diferentes de geração. A diretora de Gás e Energia da empresa, Maria das Graças Foster, questionou tanto a dificuldade em se comparar tarifas entre as fontes quanto à falta de previsibilidade e de planejamento que uma disputa como essa causaria.

Ainda assim, os empreendedores, que desde 2008 estavam fora das licitações, apareceram com sede e conseguiram a habilitação técnica de 4.338 MW divididos em dez projetos. No dia 17 de agosto, enfim, aconteceu o leilão, que terminou com a concretização do retorno do gás natural às perspectivas do setor elétrico. Duas usinas de grande porte foram contratadas, totalizando 1.029 MW de capacidade. As plantas venderam sua produção futura a um preço médio de R\$1 03,26 por MWh, acima do praticado pelas eólicas, que ficaram na casa dos dois dígitos e dominaram os resultados em número de projetos viabilizados e potência.

O que chamou a atenção entre as térmicas foi justamente a quem pertenciam as plantas que conseguiram baixar tanto os preços diante dos R\$139 por MWh colocados como teto. A maior das usinas, com 530MW, é a UHE Baixada Fluminense, da Petrobras, que será instalada no Rio de Janeiro. A outra é a UTE Parnaíba III, da MPX Energia, prevista para o Maranhão. Tanto a estatal quanto a MPX, que pertence à holding EBX, do empresário Eike Batista, possuem fornecimento próprio de gás. A Petrobras, evidentemente, por sua atividade no setor de petróleo e gás, e a MPX devido à participação em blocos que a OGX, sua coligada, tem explorado na bacia do Parnaíba.

"O cenário que vejo, que veio como aprendizado do leilão, e com o cenário de longo prazo, com todas as descobertas da Petrobras, é que existe uma sobra de gás. Mas, num leilão em que você coloca para concorrer com outras fontes, mostrou-se que só quem tem insumo próprio conseguiu fazer frente. Quem estava comprando o insumo não conseguiu ter competitividade suficiente", analisa o diretor-executivo da consultoria Excelência Energética, Erik Rego. Ainda assim, o especialista acredita que essas usinas "terão uma participação constante" nos próximos certames para atender e crescimento da demanda.

O presidente da consultoria Andrade&Canellas, João Carlos Mello, também acredita que "ao contrário do que está no planejamento oficial, haverá uma inserção bem grande de insumo na matriz. "Tem também uma lógica física, O sistema está ficando pouco firme, do ponto de vista da energia, porque os reservatórios estão diminuindo, as eólicas dependem do vento, a biomassa da safra." E a térmica a gás é a menos poluente", explica Mello. O executivo, porém, não aposta tanto que vá prevalecer a força dos autoprodutores de gás.

"Acho que esse foi um fator pontual desse leilão. Houve muitas reclamações contra os contratos (de fornecimento), então vai haver uma tendência de nivelar os acordos de forma razoável. Evidentemente que quem tem a produção tem a vantagem, mas as outras usinas poderão competir, desde que os contratos sejam ajustados de forma adequada pelo fornecedor principal", prevê o consultor.

Os problemas nos termos dos contratos citados por Mello, aliás, deram a tônica do leilão para os agentes' térmicos. Poucos dias antes da disputa, quando o Diário

Oficial da União divulgou as características das usinas habilitadas tecnicamente para o certame, o mercado ficou em polvorosa. Isso porque as plantas que comprariam combustível da Petrobras haviam sido obrigadas a assumir um índice de inflexibilidade entre 30% e 70%, enquanto a planta da própria estatal tinha inflexibilidade zero. Os concorrentes alegavam que a cláusula tornava o projeto da Petrobras mais competitivo, uma vez que não haveria obrigação de gerar e, conseqüentemente, não havia um custo fixo a ser suportado.

Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, que se propõe a ser um "observatório do setor elétrico", não poupou críticas à conduta da estatal. Para o especialista, a atitude da empresa foi "lamentável" e se tornou "o destaque negativo do leilão", "afetando o princípio básico da concorrência".

A Associação Brasileira de Geração Flexível (Abragef) chegou a enviar um ofício ao Ministério de Minas e Energia pedindo uma medida oficial para proteger a isonomia do certame. O ministro Edison Lobão, porém, afirmou que, "em princípio", não via problemas, e o leilão aconteceu.

Na coletiva de imprensa logo após a licitação, o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Julião Coelho, também defendeu que não houve irregularidades.

"Nosso edital tem uma cláusula que, caso a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) veja prejuízo à competição, ela pode cancelar o leilão. E não houve qualquer problema. Houve deságios grandes, a participação de quatro fontes. Se existe hoje um problema de gás natural, talvez isso tenha que ser analisado em outro órgão, como a SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico). Do ponto de vista de setor elétrico, não", argumentou.

O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, fez coro. "Isso é uma questão que extrapola um pouco o leilão. A negociação de produtor com o vendedor de gás é livre, é outra questão. Em termos do leilão, não posso regular, são empresas cotadas em bolsas, que têm seus acionistas, não podemos intervir", analisou. Tolmasquim também opinou que "entidades de concorrência têm que analisar isso". Por fim, Tolmasquim garantiu que outras termelétricas, que não a da Petrobras e as da MPX, "participaram até bem perto do fim", saindo fora da disputa apenas nos últimos momentos.

O presidente da Abragef, Luiz Alberto Amoroso, prefere não se manifestar mais sobre os conflitos com a Petrobras e diz que a entidade "já emitiu diversas vezes sua opinião oficial" sobre os desentendimentos pré-licitação. Ainda assim, arrisca-se a prever que "só quem tem o próprio suprimento do gás vai conseguir competir nesse nível de preços. Só empresas verticalizadas".

Passado o leilão A-3, com suas surpresas e polêmicas, o setor começa a se preparar para o certame A-5, marcado para 20 de dezembro, para contratar usinas com início de operação em 2016. O certame vai, pela primeira vez, colocar todas as fontes para concorrer entre si: eólicas, gás, biomassa e hídricas. Para Rego, da Excelência Energética, a disputa com o vento deve novamente derrubar o preço das térmicas. Pelas contas de Amoroso, da Abragef, a tarifa média que pode ser praticada por usinas que não contam com suprimento próprio de combustível é de R\$130 por MWh, bastante acima dos valores registrados por eólicas e usinas de investidores que possuem o insumo.

Buscando alternativas para voltar a participar dos leilões de energia, os agentes que investem em plantas a óleo e gás estão se organizando para reafirmar a importância das fontes na complementação da matriz brasileira. E contam, inclusive, com o apoio do próprio Operador Nacional do Sistema (ONS), que parece ter se juntado ao coro, uma vez que o diretor-geral do órgão, Hermes Chipp, tem declarado abertamente a importância das termelétricas na operação do sistema, principalmente na ponta do consumo.

Chipp diz que vê positivamente a volta das termelétricas a gás nos leilões de energia, e que veria da mesma forma o uso do carvão para a região Sul do País." O grande problema hoje é querer atender a região Sul através de linha de transmissão, colocando novamente o sistema em torno de uma geração. Os novos projetos (hidrelétricos são fundamentais pelo baixo custo da energia. No entanto, eles têm grande geração no período chuvoso e baixa no período seco, o que exige uma complementação térmica maior", analisa.

Para o presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM), Fernando Luiz Zancan, ao afastar o carvão, o governo considera apenas três das quatro dimensões que devem ser avaliadas para desenvolvimento da matriz. Essas dimensões apontadas por ele seriam modicidade tarifária, segurança energética. meio ambiente, e impacto socioeconômico justamente o que não estaria sendo observado. "Estão deixando de considerar que uma usina a carvão gera dez vezes mais empregos do que um parque eólico", argumenta.

Na questão de competitividade, Zaucan estima que o carvão alcançaria uma faixa de preço próxima a R\$140 por MWh, o que poderia ser otimizado com a redução nos impostos da importação e melhorias no financiamento para o setor - o que levaria ainda a uma queda de preço em cerca de R\$15 por MWh. "O combustível está estigmatizado perante todos os segmentos, parece que estamos tratando com um ser contagioso, e isso não é verdade", lamenta o executivo da ABCM.

Dados da Agência Internacional de Energia (IEA) publicados em agosto deste ano mostram o considerável aumento do consumo global do carvão, com crescimento de 10,8% em 2010, sendo que cerca de 80% do consumo incremental é oriundo de países pobres. Ainda, de acordo com o estudo, 216 mil MW de térmicas a carvão estão sendo construídos atualmente no mundo.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Geração Flexível (Abragef). Marco Antonio Veloso, utiliza o termo "contraditório" para falar sobre o sobre Plano Decenal de Energia, que traça os rumos da matriz até 2020. Ele critica o fato de que, ao mesmo tempo em que aborda a falta de reservatórios das mais novas hidrelétricas, o documento exclui as termelétricas.

Veloso argumenta que uma usina a óleo produz, em ciclo aberto, entre 700 e 800 kg de CO₂ por MWh e que, nas mesmas condições, uma usina a gás natural produziria cerca de 600 kg. O executivo afirma que a ideia do governo de não mais licitar termelétricas "não parece uma posição assumida para valer". E lembra da volta - com sucesso - do gás aos leilões. "Se fosse uma posição assumida, não teriam habilitado térmicas para o A-3".

Para também voltar a participar das licitações, as associações estão trabalhando e aprimorando seus estudos e tecnologias. Com a meta de ir ao leilão A-5, que deverá acontecer em dezembro deste ano, a ABCM diz que o setor conta com 2,4 mil MW em projetos licenciados ambientalmente. E, para fortalecer seu dever de

casa, tem trabalhado com a tecnologia de carvão limpo e treinado pesquisadores nos Estados Unidos, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

"Estamos discutindo colocar 2,4 mil MW para 2016 e não estamos conseguindo. Vamos salvar o planeta com esses 2,4 mil MW? É surreal, porque não há uma discussão pragmática em cima disso", diz o presidente da ABCM

A Abragef também está batalhando para colocar o óleo de volta à ativa nos leilões de energia. A entidade tem produzido estudos e levantando questões, como a pouca diferença de emissões dessas usinas para as plantas a gás. Veloso, porém, admite com pesar que "os ouvidos (do governo) estão bobos, pelo menos para esse assunto".

Zancan ainda faz um alerta. "A cólica e a biomassa são complementares. O que nós vamos precisar é que se aperte um botão e tenha a energia firme. E isso passa pelas térmicas, não pudemos fechar os olhos para isso".

As duas associações ainda contam com apoio político. A Frente Parlamentar do Carvão foi criada em Brasília para defender os investimentos em usinas de geração de energia com o insumo. A causa tem a simpatia também do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que é do Partido dos Trabalhadores (PT), o mesmo da presidente Dilma Rousseff. O primeiro round, porém, parece perdido, uma vez que as regras para o leilão A-5, divulgadas no final de agosto, não permitem a participação de empreendimentos a carvão e óleo.